

INFORMAÇÃO É CONTEÚDO: UMA METÁFORA DO SENSO COMUM COMO OBJETO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marcos Gonzalez – Museu do Meio Ambiente/IPJBRJ

Resumo

Cientistas da Informação contemporâneos permanecem concluindo pela falta de consenso acerca do objeto e do campo abrangido pela Ciência da Informação. O vocabulário utilizado na área é considerado parte de uma linguagem insuficientemente especializada, próxima do “senso comum”. Neste trabalho, examinamos a noção de OBJETO¹ a partir das conquistas recentes da Linguística Sociocognitiva centrada no uso, particularmente da “metáfora do canal” (REDDY, 1979), modelo teórico que sistematiza um tipo de comunicação que ocorre na ausência de um interlocutor, importante característica da cadeia escrita. Tomando o conceito de *informação* como “extensão metafórica” de *enformação* “moldagem”, buscamos “algum traço da estrutura relacional” nessas etimologias (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991) a fim de responder à pergunta de Buckland (1991): “qual termo genérico para as coisas informativas é amplo o suficiente para incluir, por exemplo, objetos de museu e outras evidências acadêmicas, bem como objetos de suporte a texto?” Concluimos, seguindo Grady (1998), que a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO (*INFORMATION IS CONTENTS*) é o “termo genérico” de que fala Buckland. A noção de *continência* viabiliza uma conceptualização do domínio da *comunicação* em termos do domínio da *moldagem*: ambas ontologias envolvem *substâncias* (leite, ouro ou discurso) que, uma vez *enformadas*, dão origem a *fôrmas* (queijo, moeda ou documento) que pressupõem uma *fôrma* e têm, como *conteúdo* (*informação*), um “valor”, nutritivo, monetário ou *informativo*.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria da Informação. Linguística Sociocognitiva. Metáfora do Canal. Linguagem escrita.

Abstract

Contemporary Information scientists remain concluding a lack of consensus about the object and the field covered by the Information Science. The vocabulary used in the area is considered part of an insufficiently specialized language, close to the “common sense”. In this paper, we examine the notion of OBJECT since the recent achievements of the usage-based socio-cognitive linguistics, particularly the “conduit metaphor” (Reddy, 1979), a theoretical model which organizes a kind of communication that occurs in the absence of an interlocutor, an important feature of the written language. Taking the concept of *information* as a “metaphorical extension” of *enformation* “molding”, we seek “some trace of the relational structure” in its etymologies (HEINE, CLAUDI and HÜNNEMEYER, 1991) in order to answer the Buckland’s (1991) question: “What generic term for informative things is wide enough to include, say, museum objects and other scholarly evidence, as well as text-bearing objects?” We conclude, following Grady (1998), that the INFORMATION IS CONTENTS metaphor is the “generic term” of Buckland’s wish. The notion of *continence* allows a conceptualization of the *communication* domain in terms of the *molding* domain: both ontologies involve *substances* (milk, gold or speech) that, once *enformed*, give rise to *forms*

¹ Para designar o nome do *mapeamento metafórico*, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) adotaram como estratégia representá-lo em letras maiúsculas, seguindo a forma: DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE.

(cheese, currency or document) that presuppose a *mold* and have, as *content (information)*, a nutritious, a monetary or an *informative* “value”.

Keywords: Epistemology. Information theory. Socio-cognitive linguistics. Conduit Metaphor. Written language.

1 INTRODUÇÃO

Em seu artigo clássico, Harold Borko resume assim uma questão central para a epistemologia da Ciência da Informação (doravante CI):

Agora que o American Documentation Institute decidiu mudar seu nome – para American Society for Information Science, muitos de nós temos sido forçados a tentar explicar aos amigos e colegas o que é Ciência da Informação, o que faz um cientista da informação e como tudo isto se relaciona com a biblioteconomia e a documentação. [...] Quero dizer de início que não acho que tenho a resposta (BORKO, 1968, p.3).

Passados não mais que poucas décadas desde a emergência da CI como uma nova área do conhecimento, Bertram Brookes (1980, p.125) concluía que a área ainda flutuava em um “limbo filosófico”, sem “fundamentos teóricos”. Esse fato, para o autor, simplificava seu trabalho – “não há nada a desenterrar primeiro! O terreno já está limpo”. Quinze anos depois, Pinheiro e Loureiro (1995) confirmavam “a ausência, na área, de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear o seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da ciência da informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam”. No presente século, Smit, Tálamo e Kobashi (2004) permanecem atestando que, acerca do objeto e do campo abrangido pela CI, “não se pode afirmar que exista consenso”.

Smit e colaboradoras debruçam-se sobre a terminologia empregada pela literatura da área a fim de demonstrar que os conceitos da CI são insuficientes para que se possa deles deduzir uma delimitação teórica acerca do seu objeto. De um modo geral, seu vocabulário remete a procedimentos e instrumentos utilizados, conceituados, segundo as autoras, como “um fim em si mesmo” e não pela sua “função em relação à área”, tais como:

- *produção* de informação: identificação dos códigos explicitadores dos conteúdos registrados sob a forma de informação, resultado das operações sobre os conteúdos registrados que se apresenta sob a forma de conteúdos socializados; articulação entre os dispositivos tecnológicos e a produção da informação;
- *circulação* da informação: inserção social da informação;

- *consumo* da informação: condições de recepção da informação, locais, equipamentos e usuários; dimensão sociológica, política e econômica das atividades informacionais.

Trata-se de uma linguagem ainda muito próxima do “senso comum” e, portanto, pouco, ou insuficientemente, especializada. Dentre as noções centrais estão algumas “definidas de forma totalmente empírica e [que] portanto não configuram uma terminologia própria da área”. Embora o avanço do domínio da *informação* no último século seja inegável, para Smit e colaboradoras o processo evolutivo da CI não correspondeu a um “deslocamento qualitativo da reflexão” (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001).

O fato, observado por muitos, é que o sentido do termo *informação* é fugidio: seu sentido varia de uma “área do conhecimento para outra, de um país para outro e em relação a diferentes contextos, o que leva a equívocos e a incompatibilidades metodológicas” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Para Wersig e Neveling (1975), trata-se do “mais extremo caso de polissemia na comunicação técnica da informação e documentação”. Neste contexto, afirmam Smit, Tálamo e Kobashi (2004), “a condição fundamental da lógica – a univocidade entre o termo [informação] e o conceito [de Ciência da Informação] – não pode ser obtida”.

A título de “construção conceitual”, isto é, de uma “linguagem de especialidade de natureza científica que comunique uma realidade integrada”, como demandam Smit, Tálamo e Kobashi, tomamos as conquistas relativamente recentes da Linguística Sociocognitiva (LSC), um conjunto robusto de teorias que oferece sólidos argumentos contra os modelos que adotam, como científica, a noção de *informação* como um objeto *transferido* de um *emissor* a um *receptor*: comprovadamente, essa é uma estrutura que pertence ao “senso comum”.

Neste trabalho, examinamos a questão da noção comum de *informação* no contexto de uma metáfora complexa, primeiramente mencionada na literatura como *conduit metaphor* (REDDY, 1979) – doravante “metáfora do canal”, conforme a tradução brasileira de Zanotto *et al.* (2002)². Trata-se de um modelo teórico que nos permite sistematizar (prototipicamente) um tipo de comunicação que ocorre na ausência (física) de um interlocutor, uma importante característica da cadeia escrita, uma vez que “implica a ruptura espaço-temporal, com consequências na estruturação da comunicação” (SCLIAR-CABRAL, 2003). Eis um aspecto que nos é tão caro quanto o fora para Wersig e Neveling (1975) e Belkin e Robertson (1976): se estamos diante de um fenômeno que tem consequências na “estruturação da comunicação”

² Holsbach, Gonçalves, Migliavaca e Garcez, na sua tradução do artigo de Reddy (2000 [1979]), traduziram o termo como “metáfora do conduto”.

do “senso comum” e almejamos certa universalidade para as conclusões, devemos perscrutar não o “sentido” de *informação*, mas as estruturas que ele mobiliza. Com efeito, a “metáfora do canal”, um recurso sociocognitivo translinguístico (e, portanto, transcultural), é uma hipótese capaz de estruturar, com base científica (LSC), alguns dos vocabulários, dos modelos teóricos e dos paradigmas da Ciência da Informação, tais a teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, os 3 mundos de Popper e o conceito de *informação-coisa* de que fala Buckland, atendendo assim às demandas por uma “fundamentação teórica” para a Ciência da Informação.

Prevalece, na LSC, uma linguística *centrada no uso*, um tipo de abordagem que observa a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas em contextos reais de comunicação (TORRENT; BYBEE, 2012). Um dos maiores desdobramentos das pesquisas sobre metáforas dos últimos anos tem sido o foco na identificação e na explicação da linguagem metafórica no discurso real. Exemplos isolados construídos, frequentemente encontrados em pesquisas linguísticas, ou estímulos criados por psicólogos com objetivos experimentais, oferecem um material importante para o estudo da estrutura e do funcionamento das metáforas, por exemplo. No entanto, para se fazerem afirmações a respeito da ubiquidade e da compreensão realista da linguagem metafórica, é preciso que os pesquisadores explorem “metáforas no mundo real”, na medida em que são produzidas na fala e na escrita, em diferentes contextos (GRUPO PRAGGLEJAZ, 2009).

Dados o estado da pesquisa e as limitações de espaço, nos deteremos neste artigo, à dissertação acerca da noção de OBJETO.

2 CORPORA

Seguindo as recomendações de uma abordagem centrada no uso, apoiamos as análises em dados reais contendo os lexemas derivados de *inform-* e *enform-*, extraídos principalmente do *Corpus* do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006-)³, um sistema de consulta a um *corpora* contendo mais de 45 milhões de palavras de quase 57.000 textos dos séculos XIII-XVIII. Dentro do período que estudamos (sécs. XVI e XVII), quando se introduz na língua portuguesa o conceito de *informação* (CUNHA, 2007), contamos com 542 exemplares (*tokens*) de uso daqueles lexemas nessa língua. Quanto a dados metalinguísticos (lexicográficos, gramaticais), contamos com o acervo das bibliotecas públicas e universitárias,

³ <http://www.corpusdopotugues.org>

além de particulares. Dispusemos ainda dos acervos digitalizados do Google Books⁴ e da Europeana⁵, que agrega, entre outros, a Biblioteca Nacional Digital de Portugal⁶ e os do *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales*⁷.

3 OS “MUNDOS” DE KARL POPPER E A VISÃO SOCIOCOGNITIVA

O filósofo da ciência Karl Popper (2006) descreve a “nossa realidade” em três mundos “ligados entre si e de algum modo interdependentes”. O “Mundo 1” é aquele que designa a *realidade material*, do cosmos e das duas espécies de corpos, os vivos e os inanimados, que pertencem ao mundo físico, ao mundo das coisas materiais, além dos estados e processos, tensões, movimentos, energia, campos de forças e fenômenos que os relacionam. O “Mundo 2” é o “mundo das nossas emoções, sobretudo das emoções dos indivíduos”, conscientes ou inconscientes. O “Mundo 3” é o mundo dos produtos objetivos do espírito humano (produtos intelectuais), logo o mundo dos produtos da parte humana do Mundo 2. Contém coisas como “livros, sinfonias, esculturas, sapatos, aviões, computadores, [...] objetos materiais que pertencem simultaneamente ao Mundo 1”. Para a compreensão desta terminologia, explica Popper, “é importante que todos os produtos voluntários ou intencionais da atividade intelectual sejam classificados como Mundo 3”.

O Mundo 3 é constituído, detalha Popper, “não apenas de livros, mas também de atos de fala, ou seja, pela linguagem humana”, que é formada, conforme o autor, “por disposições com um suporte material nervoso; por elementos da memória, por impressões duradouras, por expectativas, por comportamentos apreendidos e descobertos, e por livros”. Tudo isto representa igualmente coisas físicas, coisas e processos que ocorrem no Mundo 1. Os sons produzidos por uma “conferência”, por exemplo (do autor), pertencem ao Mundo 1. Mas quando os sons “ultrapassam a mera acústica”, tem-se a “vertente imaterial do Mundo 3”, sua face autônoma em relação aos outros mundos, aquilo que “extravasa dos Mundos 1 e 2”.

É antes “o conteúdo de um livro e não a sua forma material” que pertence ao Mundo 3. O lado imaterial (e não consciente) do Mundo 3 é o “conteúdo das nossas proposições, dos nossos argumentos, em contraste com a formulação acústico-corpórea ou mecânico-verbal (física) de tais proposições ou argumentos”. Popper postula, então, que a “face imaterial” do Mundo 3 não só desempenha um papel na nossa consciência – “e de fato um papel de relevo”

⁴ <http://books.google.com.br>

⁵ <http://www.europeana.eu>

⁶ <http://purl.pt>

⁷ <http://www.cnrtl.fr/>

– como também, fora dos Mundos 1 e 2, é real. Em outras palavras, a “face imaterial” pode “exercer uma ação sobre a nossa consciência e, através desta, sobre o mundo físico, o Mundo 1”. O Mundo 3 é, em suma, um produto da nossa consciência, do nosso espírito. À semelhança da linguagem humana, é uma invenção nossa. No entanto, “esta invenção é-nos de algum modo exógena, ‘exosomática’”. Assim surge o Mundo 3, “objetivo, abstrato, autônomo, e simultaneamente real e atuante”.

A perspectiva sociocognitiva corrobora em parte a ontologia e a epistemologia de Karl Popper (1973; 2006), não mais sob o ponto de vista filosófico, mas científico. Em termos sociocognitivos, as categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são considerados “símbolos sem interpretações”, mas “motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p.259). Os conceitos que governam nossas línguas também governam, segundo essa perspectiva, a nossa atividade cotidiana: “até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Por isto, os recursos cognitivos de que dispomos teriam o poder de “definir a realidade”. Wilson e Martellota (2009, p.78) identificam aí um dos “aspectos translinguísticos nas línguas naturais”, que “garantem certa transcendentalidade da língua”.

Apropriemo-nos do conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, do mapeamento cognitivo socialmente convencionado que se insere entre dois domínios conceituais⁸, postulado no âmbito da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), de Lakoff e Johnson (2002 [1980]): um domínio de origem ou fonte (*source domain*), concreto e experiencial, é utilizado para expressar entidades que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. A hipótese de que os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008).

Fato é que a maioria das palavras que os usuários de inglês moderno (e, como se notará, também do português) têm para “falar sobre comunicação” é de origem latina (*report, publish, publicize, diffuse, disseminate, narrate, notify, announce, advise* etc.) e, segundo Rob Wiseman (2007), tem raízes “em metáforas sem conexão com *falar* ou *ouvir*”. Traugott e Dasher (2001) observaram padrões de direcionalidades históricas em mudança semântica no

⁸ A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

sentido de verbos relacionados ao senso *deslocamento* ou *movimento físico* para sentidos sobre o *ato de fala*. São observações que confirmam a teoria de que “as mudanças semânticas em geral partem do sentido representacional, fazendo referência a dados mais objetivos referentes ao nosso mundo biossocial, e passam a expressar noções gramaticais, veicular estratégias comunicativas e atitudes subjetivas dos usuários” (MARTELOTTA, 2011, p.79-80). Em termos popperianos, diríamos que os mundos 2 e 3 *conceptualizam-se* em termos de nossa experiência com o “Mundo 1” – eis por que inicialmente concordamos parcialmente com Popper.

A tese sociocognitiva desvincula a metáfora da relação “linguagem metafórica” *versus* “linguagem literal”, deslocando-a de “figura da linguagem” para “figura do pensamento”, desfazendo a dicotomia cartesiana corpo-mente, integrando as visões objetivistas e subjetivistas no que se passa a chamar “experencialismo”, em sua primeira versão, e “realismo corpóreo”, posteriormente. De acordo com essa linha investigativa, todos experienciamos a nós mesmos como entidades separadas do resto do mundo – como *recipientes* com um lado de dentro e um lado de fora. Conceitos como “interior” e “exterior” são conceitos fundados na existência, baseados na experiência que cada um tem de seu corpo, “o que está tanto dentro de mim quanto fora de mim” (ONG, 1998, p.86-87). O corpo “é uma fronteira entre mim mesmo e tudo o mais, e analisamos outros objetos com referência a essa experiência”.

O sistema conceitual “não é algo do qual normalmente temos consciência”: na maioria dos pequenos atos da nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta que “não se deixam apreender facilmente” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Dos mapeamentos metafóricos se originam diversas redes de expressões metafóricas que se entrecruzam e, com isso, se modificam, produzindo outras múltiplas e novas expressões linguístico-metafóricas relacionando domínios fonte e alvo (ASSIS, 2012). Cada uma das expressões metafóricas é usada, então, no interior de um sistema global de conceitos metafóricos – conceitos que usamos constantemente ao viver ou pensar.

Alguns exemplos: o verbo *pensar* (associável ao Mundo 2 de Popper) tinha no latim *pensare* uma acepção concreta (Mundo 1) de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas que, uma vez abstratizado por extensão metafórica, passou a significar “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Ainda hoje compreendemos frases como “É preciso *pesar* as consequências dessas *palavras*”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu

uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). O verbo *saber* é outro exemplo: vem do latim *sapere*, que tinha o sentido de “perceber pelo sentido do gosto” que, em sentido figurado, era usado, ainda no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber” (MARTELOTTA, 2004).

Acerca de *informação*, os “dois contextos básicos nos quais o termo é usado” são, conforme Capurro e Hjørland (2007, p.155), “o ato de *moldar* a mente e o ato de *comunicar* conhecimento”. Nos termos da TMC, *informação* é compreendida como uma “expressão metafórica”, uma expressão linguística socialmente fixada por convenção que veicula um mapeamento metafórico. Em termos popperianos, o ato de comunicar *conceptualiza-se* em termos do ato de *moldar*. A discussão nos leva a uma questão: por que este significado no domínio da *comunicação* foi designado com a palavra “informação”? Isto é: que associação conceptual pode ser estabelecida entre moldes e o senso comum sobre “informação”?

4 “ENFORMAÇÃO” E MOLDAGEM

Originalmente, a palavra latim *forma* significava “molde, modelo”. Horácio aplicou-a com referência a um molde para sapatos; Ovídio, a um molde para fazer moedas. Passaria para o francês como *forme* (= *moule* “molde”) e para o português como *fôrma* (MONLAU, 1856, p.123; ERNOUT; MEILLET, 1951, p.247; HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.28; LINDSAY, 2010, p.141). As variantes do português *ff[ɔ]rma* (doravante *fôrma*), além do *ff[ɔ]rme* francês, são consideradas por Williams (1975, p.50) como “palavras eruditas ou semi-eruditas”, sendo que o português clássico conservou-lhe apenas o sentido abstrato: “configuração, feitio, feição exterior” (CUNHA, 2010 [1982], p.298), ou seja, *fôrma*.

No Ocidente, é na fabricação dos queijos que está a chave para a interpretação do que se convencionou chamar “sentido concreto de *forma*”, ou seja, de “fôrma”. O contexto onde essa palavra era produtiva está disponível em Brachet (1870, p.250), segundo quem o latim *formaticum* significava, estritamente, “feito em uma fôrma”. Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica, parece ter demonstrado que o termo já estava disponível para os falantes do latim arcaico ou, talvez antes, desde o indo-europeu.

A trajetória de *formaticum* é uma história franco-italiana, regiões que se alternam como fonte de surtos de inovações, tanto de diversidade cultural quanto linguística. As evidências enfatizam a importância de vasos de cerâmica no processamento de produtos lácteos na “revolução de produtos secundários” do médio Período Neolítico (SALQUE *et al.*, 2012). Desenvolve-se, nesse tempo, uma nova técnica de processamento de leite que só pode

ser considerada uma inovação europeia: o queijo duro (tipo padano, por exemplo). A Itália setentrional conhecia não uma, mas duas variantes para o termo. A outra, *formay(o)*, não pode ser um empréstimo do francês, portanto a inovação lexical teria ocorrido na Itália, o que concorda com o fato de essa região ter, antes da França, atingido a Idade do Bronze. A técnica se espalhou, a partir de um ou mais focos em áreas vizinhas da Europa Ocidental, daí o francês antigo *furmaige* ou *fromache*, o provençal *formatge* ou *fromatge*, o português (†) *formage*, o catalão *formatje* e o italiano *formaggio*.

No baixo latim da era merovíngia, *formaticum* e *forma* já eram vulgarmente tomados como sinônimos de “queijo”. Um texto do latim bastante tardio (837 d.C.) atesta, a propósito, a proximidade metafórica que então havia entre *informação* e *queijo*: «*inde fit diminutivum Formula, unde etiam Formella, quæ etiam informationes casei significat, unde et Formaticum dicitur*» (DU CANGE *et al.*, 1844 [1678])⁹.

Foi com a base *enform-* que a palavra “informação” emergiu nas línguas neolatinas, primeiro no francês (séc. XII), depois no português, no galego e no inglês, todos no séc. XIV. Até este século, “informação” ocorria exclusivamente como variações da base *enform-* (*emform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo, no português, predominado até o século seguinte sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968); para o galego, Xosé Salgado (2009) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”.

A etimologia do verbo *enformar* pode ser observada, via o francês, até o latim *efformare*, um verbo que, garante Dumesnil (1809), «não é encontrado nos grandes autores [Ovídio, Cícero, Virgílio, Horácio], que preferem *formare*, *informare*». Trata-se, portanto, de um verbo do “latim vulgar”, que sempre significou, prototipicamente, “pôr na fôrma”.

Efformare era sinônimo de “cunhar”, inclusive em suas extensões metafóricas usadas em expressões retóricas, revelando analogias com verbos como *exprimere* (“expremer” ou “exprimir”) e *mittere* (“enviar”, “meter”). Segundo o *Diccionario de la lengua Castellana* da Real Academia Española (1732), *efformatio* era “forjadura”, pois “forjar” era como «*ruditer*

⁹ [forma], “diminutivo *fórmula*, ou também *formella*, que também significa a informação do queijo, o queijo e os assim chamados *formaticum*”

efformare, effingere»¹⁰, termos usados tanto com sentidos de “fabricar” ou “formar alguma coisa no material”, principalmente moedas, mas também, por metáfora, com significados mais abstratos ou discursivos (“forjar uma mentira”, por exemplo).

Na Idade Média portuguesa, *enformar* já dependia de uma “teoria da mente”, isto é, que a *mente* fosse compreendida como um *recipiente*, algo concreto capaz de conter alguma coisa dentro de si: em *Boosco deleitoso*, obra medieval de caráter espiritual posta por escrito na primeira metade do séc. XV, o falante recomenda ao irmão: «*Enforma a tua mente tenra com estudos mais ásperos*». É desse domínio a mais antiga ocorrência de “enformação” de que temos notícia em português, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344 (*token* [1]). No capítulo «*Como el rey Bamba, per consselho dalgũũs bispos de boo desejo e outros homẽẽs boos de sua terra, fez concelho em Tolledo*»¹¹, “enformaçon” é usada como a nominalização deverbal da “ação de *enformar*”, verbo aqui tomado com referência à “formação ou modelagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução e ensino que datam desde o século XIV” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

[1] Este rey, avendo certa enformaçon de maaos viver e desonesto dalgũũs maaos bispos e sacerdotes e como per cobiça tomavã as terras hũũs aos outros, que nõ eram dos limites dos seus bispados, poren foy conselhado dalgũũs homẽẽs de consciencia que non leixasse passar estas cousas (*Crónica Geral de Espanha*, 1344)¹².

Temos nessa *enformação* um sentido que abstratiza o sentido prototípico da “moldagem”, aplicando o conceito à certa *substância* de que é “composta” a mente, refletindo, assim, nossa experiência com o conceito de *moldar* “pôr na fôrma”. Com efeito, *enformar* “moldar” suscita metáforas que envolvem a manipulação direta prototípica, “casos simples de causalidade direta”, conforme Lakoff e Johnson (*op. cit.*), tais como *fabricação*, *construção* e *criação*, com quem compartilha “semelhanças de família”, embora cada qual possua características próprias que as distinguem.

A mesma *Crónica Geral de Espanha* de 1344 atesta, por outro lado, o uso de “enformaçõ”, não mais como a nominalização de *enformar*, mas já com uma sintaxe da “ação de *informar*” moderna: resulta em uma *coisa* mental criada (ou “inventada”, como quer Popper), fabricada ou construída, que pode ser *vista*, *descrita* ou *enviada*, como no capítulo

¹⁰ Algo como “enformar rústico, moldar”

¹¹ “Como o rei Bamba, por conselho de alguns bispos de bom desejo e outros homens bons de sua terra, fez conselho em Toledo”

¹² “Este rei, tendo certa informação do mal e desonesto viver de alguns maus bispos e sacerdotes e como, por cobiça, tomavam as terras uns dos outros, que não eram dos limites dos seus bispados, foi porém aconselhado por alguns homens de consciência que não deixasse passar essas cousas”

«Como os reys de Castella e de Aragom mandarom pedir ao Papa que lhes desse por juiz el rey dom Denis de Portugal»:

[2] E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy dereito e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ẽvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vẽẽdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa¹³.

Capurro e Hjørland (2007, p.149) incluem a *informação* moderna no “domínio da comunicação de conhecimento”. Se queremos nos manter fiéis à TMC, é preciso postular que o conceito de *informação*, enquanto “extensão metafórica” de *enformação* “moldagem”, se caracteriza por duas propriedades: (1) mudança de um domínio mais concreto (“moldagem”) para um domínio mais abstrato (“comunicação”); (2) preservação de algum traço da estrutura relacional (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2012). É no domínio da *enformação* “pôr na fôrma” que devemos, enfim, procurar a experiência que orienta a *informação-como-coisa* de que fala Buckland, autor que nos guia na análise da estrutura desse moderno domínio da “comunicação”.

5 INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA METÁFORA DO CANAL

Fernão de Oliveira, em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), dirá: «*das cousas naçẽ as palauras & não das palauras as cousas*»¹⁴. No século XVI, já era imaginável um conhecimento “neutro”, voltado exclusivamente para o objeto natural, destituído de valor e sem referência ao sujeito que o pratica. Assumido o real como “coisa”, Fernão de Oliveira já via a realidade como um sistema ou uma estrutura de coisas.

Michael Buckland (1991) designa *informação-como-coisa* os usos de “informação” quando “atributivamente para *objetos*, tais como *dados e documentos*”, considerados como sendo, por isso, *informativos*, como “tendo a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informação; instrutivos”. No *token* [2], por exemplo, um “recado” é *informativo*. Buckland observa que a relação entre “ser informativo” e “documento” é consistente com as origens e uso da palavra derivada do verbo latino *docere* “ensinar” mais o sufixo *-mento*, que denota *meio* ou *via*. A limitação de “documento” aos textos/objetos é um desenvolvimento

¹³ “E cada um deles mandou dizer ao Papa que o rei dom Denis de Portugal era muito direito e muito bom e que não havia na Espanha outro tal como ele e que, se tivesse por bem de lhe enviar seu recado, que o fizesse. E o Papa, vendo a boa informação que lhe os reis mandaram dizer dele, teve por bem fazê-lo, mandou-lhe rogar, por suas cartas, que tomasse aquele encarrego e que faria nele boa obra e santa”

¹⁴ “Das coisas nascem as palavras e não das palavras as coisas”

posterior. No mundo de *objetos* ou *coisas*, como o que emerge no Ocidente moderno, as “coisas” manifestam-se *por si*.

Nesse mundo de *coisas*, prossegue o cientista da informação, “nosso *conhecimento* pode ser representado, assim como um *evento* (uma pegada na areia, por exemplo) pode ser filmado”. Qualquer *representação* é necessariamente de forma tangível (sinal, dados, texto, filme, etc.) e assim por representações de conhecimento (e de eventos) são necessariamente “informação-como-coisa”. Se se pode tocar ou medir, não é conhecimento, mas “informação-como-coisa” (BUCKLAND, 1991, p.352).

Alguns teóricos (Wiener, Machlup, Fairthorne), conta Buckland, se opuseram ao uso atributivo do termo “informação” para denotar uma *coisa*, na medida que *informação* é um atributo da interpretação do receptor, e não do remetente, nem de algum observador, do onisciente ou do sinal de si mesmo. Mas “a linguagem é como ela é usada”, contrapõe Buckland. Não se pode descartar “informação-como-coisa”, uma vez que este é um significado comumente associado ao termo “informação”. Buckland especula, então, sobre a possibilidade de essa noção vaga trazer ordem teórica para “os campos heterogêneos associados com a CI”, concentrando, como nós, sua atenção no conceito *objetivo* de *informação*.

O senso comum, afirma esse autor, admite muitos tipos de *objetos* como “repositório de informações”, potencialmente *informativos*. O autor afirma que, embora a literatura da área tome *dados*, *textos* e *documentos* como recursos de informação, o senso comum admite como *informativo* muitos outros tipos de objetos (um fóssil, por exemplo). Afinal, pergunta-se Buckland, “qual termo genérico para as coisas informativas é amplo o suficiente para incluir, por exemplo, objetos de museu e outras evidências acadêmicas, bem como objetos de suporte a texto?”

Para a Linguística Sociocognitiva, o senso comum sobre “objetos”, “coisas” e “informação” está, com efeito, entre os conceitos translinguísticos transcendentais e é por este motivo que são conceitos com grande elasticidade (opacidade) semântica. *Grosso modo*, costumamos falar metaforicamente de *eventos* e *ações* conceptualizando-os como *objetos*, *atividades* como *substâncias*, *estados* como *recipientes*. Uma *corrida*, por exemplo, é um *evento* mas também é um *objeto*, que é pensado como uma entidade discreta: a corrida existe no tempo e no espaço e tem demarcações bem definidas (daí “ele *entrou* na corrida”). Assim, nós a compreendemos como um OBJETO RECIPIENTE, tendo dentro de si *participantes* (que são *objetos*), *eventos* como o início e o fim (que são *objetos* metafóricos) e a atividade de

correr (que é uma *substância* metafórica). Experimentamos as “coisas” externas a nós como entidades – frequentemente também como *recipientes*, com lados de dentro e de fora. Experimentamos a nós mesmos como sendo feitos de *substância* – isto é, carne e osso – e *objetos externos* como sendo feitos de vários tipos de substâncias – madeira, pedra, metal etc.

O produto dessa “reificação” é o que o semanticista Ronald Langacker (2008) define como *coisa*: podem ser concretas ou abstratas (ou seja, sua *materialidade* não é cognitivamente relevante neste caso), mas sempre dão *singularidade* ao grupo de passos envolvidos na ação que reificam.

As “coisas” experienciadas por meio da visão e do tato são tomadas como tendo fronteiras definidas e, quando as coisas não têm fronteiras definidas, é comum projetarmos fronteiras nelas (por exemplo, florestas, clareiras, nuvens etc.) As experiências básicas produzem “metáforas ontológicas básicas” tais como CAMPO VISUAL É UM RECIPIENTE, que licencia expressões como “ela *entrou* em meu campo de visão”. A mesma correlação serve de base para a metáfora TEMPO É UM RECIPIENTE (como em “*dentro* de dez minutos...”), em que o espaço, definido por fronteiras e atravessado por um objeto, é correlacionado ao tempo que o objeto leva para atravessá-lo.

A resposta para “qual termo genérico para as coisas informativas é amplo o suficiente para incluir, por exemplo, objetos de museu e outras evidências acadêmicas, bem como objetos de suporte a texto?” (BUCKLAND, 1991, p.352) parece ser o mapeamento conceitual metafórico postulado por Joseph Grady (1998) no âmbito da LSC: INFORMAÇÃO É CONTEÚDO (*INFORMATION IS CONTENTS*). É antes “o conteúdo de um livro e não a sua forma material”, recordemos Popper, que pertence ao Mundo 3, a “face imaterial” da realidade, “sobretudo aquela criada através da linguagem humana”.

A proposta de Grady deve ser considerada no contexto de sua revisão crítica da “metáfora do canal” de Michael Reedy (1979) – metáfora complexa que estrutura a manipulação de *informação-corno-coisa* do senso comum. Trata-se de uma das mais claras e bem estabelecidas metáforas conceptuais que exercem um papel central no desenvolvimento da TMC (GRADY, 1998), uma vez que nos permite sistematizar um tipo de comunicação escrita canônica, que ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem. A recíproca também é verdadeira para o ato de leitura, com a diferença de que o ato de escrita deve precedê-lo.

A intuição de Reddy lhe dizia que havia algo linguisticamente interessante em frases do tipo “você me *deu* uma boa *ideia*” ou “eu *captei* a vossa *mensagem*”. Afinal, acredita o

linguista, ninguém realmente crê que alguém *dá*, literalmente, *ideias* para os outros. E ninguém *recebe* os *pensamentos* diretamente em suas mentes quando se está usando a linguagem: “isto soa como telepatia ou clarividência” (*op. cit.*, p. 286-287). Segundo a metáfora do canal, desenvolvida a partir daí, cada pessoa tem (ou melhor, “*pensa*” que tem) um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório”, doravante “MR” (*repertories members*, RM, no original). São MRs as “ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”. A linguagem funciona como um canal, “que não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente” (*ibid.*, p. 291), por meio do qual transferem-se MRs do interior de uma pessoa para o exterior.

Estamos particularmente interessados nas expressões metafóricas de Reddy que estão relacionados à *inserção* de significado *dentro* de formas linguísticas (“*pôr*, *inserir*, *incluir* ou *meter* MR *em* s”, “*carregar* s *com* MR” etc.), que instanciam, como queremos, uma “metáfora da fôrma”. Devemos aqui recordar que a característica mais saliente na psicodinâmica da *fôrma* – “objeto que apresenta uma cavidade na qual se introduz ou se despeja uma substância fluida que, ao endurecer, será modelada de acordo com a forma desta cavidade” (HOUAISS, 2001) – é sua relação à noção de *continência* (como metáfora para *determinação*).

Pela lógica, os *sinais* reddyanos têm “interior” e “exterior”. No interior, está obviamente o “conteúdo”, onde estão os MRs. Pelas expressões *core* de Reddy, qualquer “sinal” (*s*) pode realizar a transferência de MRs, o que licencia expressões como “s *leva*, *transfere*, *contém*, *conduz* MR” ou “s *está cheia/vazia* de MR”. Se a linguagem é que transfere pensamentos a outros, então o recipiente lógico para esses pensamentos, na compreensão do que fala e do outro, são palavras ou grupo de palavras, frases, sentenças, parágrafos, poemas etc. “Palavras”, “frases”, “poemas” designam “os padrões físicos externos, que passam de um falante para outro”.

Palavras escritas são *recipientes* que permitem o fluxo livre e completamente “descorporificado” de ideias e sentimentos em um tipo de espaço ambiental entre as cabeças humanas. MRs são ejetados pela fala ou pela escrita num “espaço das ideias” externo (“*pôr* MR *em circulação* ou *no papel*”, “*fazer* MR *fluir*”, “*jogar* MR *fora*”, “*descartar* MR”, “*vazar* MR”, “*escapar* MR *da boca de alguém* etc.), são reificados nesse espaço externo, onde eles existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam (“MR *flui ao redor*, *circula*, *se move*, *viaja*”, “MR *está em bibliotecas*, *livrarias*, *rádios*, *livros* etc.”, “*perder-se em MRs*”). MRs reificados podem ou não encontrar um

caminho de volta para uma cabeça humana (“*absorver, tomar, internalizar, pegar, captar MR*”, “*encher alguém de MR*” etc.).

O modelo da teoria matemática da informação, diz Reddy (1979, p.303-306), “tem muito em comum com o paradigma que estudamos”. Na metáfora do canal, o pré-definido conjunto de alternativas da teoria da informação corresponde ao “repertório”. Os “sinais” são os mesmos: os padrões que podem viajar, que podem ser trocados (planilhas, etc.), mas não têm habilidade de trazer as alternativas com eles. A noção de informação como “o poder de fazer seleções”, da teoria matemática da informação, rejeita a noção de que os sinais *contêm* a mensagem – “eles não levam nem uma pequena réplica da mensagem”: “Sinais *fazem coisas*. Eles não *contêm* nada” (p. 306). Em suma, “os sinais [da teoria matemática da informação] não *contêm* significado” (grifo nosso).

Joe Grady (1998) identificou alguns problemas envolvendo as condições necessárias, isto é, a base experiencial da metáfora do canal e propôs uma reanálise em “um nível apropriado de generalidade”, que explicariam melhor as expressões observadas por Reddy. Na revisão, argumenta-se pela sua decomposição em metáforas mais básicas, independentemente motivadas (“primárias” ou “primitivas”), que se combinam em metáforas complexas (ou compostas) tais como a do “canal”. O processo de decomposição envolve a busca de metáforas que são plausíveis e diretamente motivadas pela experiência. Essas metáforas primárias são caracterizadas por mapeamentos muito simples – isto é, eles mapeiam apenas poucos elementos, propriedades e relações (se possível), enquanto mantêm-se referindo a coerentes (esquemáticas) cenas e compreendendo estrutura suficiente para suportar certas expressões linguísticas. Uma decomposição da metáfora do canal, desta maneira, “resulta em análises que evitam os problemas identificados e sugerem caminhos em que conceitos relacionados à comunicação poderiam ser, em última instância, derivados de conceitos físicos mais básicos”.

Ao postular a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, Grady inclui *informação* entre os MRs propostos por Reddy. Na verdade, parece renomeá-los. Ademais, como afirma, “qualquer configuração física que nos permite deduzir *informação (ou outros MRs)* deve ser conceptualizada como um *recipiente* daquela informação” (GRADY, 1998, p.217, grifos nossos). De fato, assim como o MR *significado, informação* é sempre compreendida *dentro*, mas nunca (ou raramente) o contrário. Daí falarmos em “vazamento de informação” e “*extrair informação do livro*”.

Não só as “palavras” são *fôrmas* dentro das quais estão os MRs. Conforme Reddy, se os MRs estão *dentro* de palavras, então eles estão (por processos metonímicos) dentro das páginas de um livro, “já que as palavras estão claramente *sobre* as páginas”. Mas os livros estão “nas bibliotecas” etc. e o efeito disso é que “as bibliotecas são um *repositório* de nossa cultura”. Nos exemplos da “metáfora da fôrma” extraídos dos nossos *corpora*, podemos estender a noção aos “recados”, “feytos” (= processos, autos) e “tratados”:

- [3] (...) ordenou pera, prazendo a Deos, tomar a vila, segundo a enformaçom que havia polo recado que lhe os homens boôs enviarom e mandou diante Fernam Pereira (*Crônica do condestável Nuno Alvarez*, 1431)¹⁵
- [4] E Ao tempo que ho fecto ffor conclusso ssobre a defenctiua sse poheram as ditas enformações no feyto (*Cortes portuguesas*, 1498)¹⁶
- [5] (...) Tractado da prouinçia do Brasil no qual se contem a informaçãõ [MR] das cousas que ha na terra, assi das capitánias e fazendas dos moradores... (Gaspar Nicolau, *Tratado d'arysmetyca*, 1519)¹⁷

Reddy observa que, “*na fala e na escrita*, as pessoas inserem seus MRs em sinais”. A metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO proposta por Grady “abstratiza”, portanto, a ação mais prototípica do verbo do latim vulgar *efformare* > português *enformar* “pôr na fôrma”, uma noção bastante primitiva e nos remete, seguindo Lakoff e Johnson, ao “domínio mais geral” da *enformação*: a metáfora SUBSTÂNCIA ENTRA DENTRO DO OBJETO (*ibid*, p. 149), sendo o *objeto* visto como um *recipiente* ou *contêiner* (ou, como queremos, *fôrma*), que molda a *substância* dando origem a uma *fôrma*.

Auerback (1997 [1944]) explica que a noção prática de “forma” como molde, fôrma ou selo não se confundia – originalmente – com *figura*¹⁸ ou, como preferimos, *fôrma*. Em termos estritos, a relação era metonímica: seu significado mais abstrato, lógico, ainda “emparelhava *conteúdo* e *recipiente*”. O fato de o senso comum se referir a bancos de dados, livros e similares como “informação” nos parece, como também parecera a Buckland (1991), uma “fonte de confusão entre símbolos e objetos portadores de símbolos”: *objetos* são costumeiramente confundidos com o que os símbolos denotam. Parafraseando-o, diríamos que a “fonte de confusão” alcança *informação* (símbolo) e as *fôrmas informativas*

¹⁵ “Ordenou para, aprazendo a Deos, tomar a vila, segundo a informação que havia pelo recado que os homens bons lhe enviaram e mandou adiante Fernão Pereira”

¹⁶ “E ao tempo que o feito (= auto, processo) for concluído, sobre a defesa se puseram as ditas informações no feito”

¹⁷ “Tractado da província do Brasil, que contem a informação das coisas que há na terra, assim como das capitánias e fazendas dos moradores...”

¹⁸ “Efígie” e “figura” têm como origem *figere* “modelar na argila” e, por extensão, “dar feição a, afeiçoar”, donde “reproduzir os traços de, representar” e “imaginar, fingir, inventar”, daí “ficção” (HOUAISS, 2001)

(“documentos”, “sinais”), o que também pode ser explicado por processos metonímicos (todo pela parte ou vice-versa, recipiente pelo conteúdo).

6 CONCLUSÕES

A partir desse sistema conceptual interrelacionado e dinâmico que é o “senso comum” inspirado na escrita, *efformare* era compreendido tanto como “enformar a mente”, uma extensão metafórica de moldagem, quanto como, no domínio da comunicação, “enformar informações”, graças a um mapeamento convencionalmente estabelecido envolvendo uma ontologia da *continência*. A noção nos permite uma conceptualização do domínio da *comunicação* em termos do domínio da *moldagem*: ambos domínios envolvem *substâncias* (leite dos queijos, ouro das moedas ou o fluxo da fala) que, uma vez *enformadas* (isto é, submetidas a uma *fôrma* e, assim, *criadas*) dão origem a *fôrmas* (queijo ou moeda, palavras ou documentos), que contêm *valor nutritivo*, *monetário* ou *informativo* e pressupõem a *fôrma* que lhes deu origem. Eis uma associação que se pode estabelecer entre moldes e “informação”, como demandam Capurro e Hjørland (2007, p.155). Eis por que se trata de uma “invenção de algum modo exógena, ‘exosomática’”, como parece a Popper.

A metáfora da *fôrma* se restringe a licenciar, assim percebemos, o que Smit, Tálamo e Kobashi (2004) chamam de “função de *produção* de informação” – a “identificação dos códigos explicitadores dos *conteúdos* registrados *sob a forma* de *informação*...” (grifos nossos). Buckland (1991, p.356) pergunta-se: “que coisas poderiam não ser consideradas informativas?” Pela metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, seriam as coisas sem conteúdo, como um “discurso vazio” ou, como exemplifica Nöth (2011, p.90), “frases ocas”:

quando falamos, por exemplo, que um artigo contém muita informação, usamos esta metáfora, pois ela representa o artigo como um contêiner, no qual se encontra informação [...] essa metáfora é muito viva, sendo usada tanto quando falamos de discursos cheios de ideias quanto de frases ocas.

Conclui-se que *informação* enquanto “coisa” ou “objeto” é uma manifestação do senso comum. A questão é: justifica-se uma noção “vulgar” ser tomada como objeto científico? Para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.294), embora o conceito faça parte de um mito, o “*mito do objetivismo*”, ele deve ser examinado e compreendido, uma vez que “faz parte da vida cotidiana de cada membro da nossa cultura, do senso comum”. Não há porque recusar os estudos produzidos ao longo de sua história, o que pode ser considerado incipiente na Ciência da Informação é um sistema teórico suficientemente harmônico e robusto capaz de sustentar

afirmações e hipóteses acerca do “senso comum”. A Linguística Sociocognitiva possui, como procuramos demonstrar, teorias e princípios que atendem a tais requisitos.

REFERÊNCIAS

ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. *coagulum* ‘caglio’ a lat. *caseus/-m* ‘formaggio’; **formaticum* e **toma*. **Quaderni di Semantica**, v.XXXI, n.1, p.73-112, 2010.

ASSIS, A. W. A. **Metáforas do pensamento e da comunicação**. Anais do IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2012.

AUERBACH, E. Figura: Temas. In: F. PAIXÃO (ed.). **Figura**. São Paulo: Ática. 1997 [1944]. v.62, p.13-64.

BELKIN, N. J. e S. E. ROBERTSON. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.27, n.4, p.197-204, 1976.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BRACHET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue française**: Bibliothèque d'éducation: cours complet d'histoire de la langue française: Hetzel. 1870.

BROOKES, B. C. The foundations of information science: Part I: Philosophical Aspects. **Journal of Information Science**, v.2, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAPURRO, R. e B. HJØRLAND. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

CASSEB-GALVÃO, V. e M. C. LIMA-HERNANDES. O equilíbrio na mudança linguística: a gradualidade em processo. In: E. R. SOUZA (ed.). **Funcionalismo linguístico - novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto. 2012, p.153-169.

CUNHA, A. G. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2007.

_____. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon. 2010 [1982].

DAVIES, M. e M. FERREIRA. **Corpus do Português (45 milhões de palavras, 1300s-1900s)**, disponível em <http://www.corpusdoportugues.org> 2006-.

DU CANGE, C. D. F., G. A. L. HENSCH, P. CARPENTIER e L. DIERBACH. **Glossarium mediæ et infimæ latinitatis**. Paris: Firmin Didot fratres. 1844 [1678]. v.3 e 4.

DUMESNIL, J. B. G. **Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors** (trad. J. M. Gossett). London: G.B. Whittaker [etc.] Payne. 1809.

ERNOUT, A. e A. MEILLET. **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine - Histoire des Mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck. 1951.

GRADY, J. E. The “conduit metaphor” revisited: a reassessment of metaphors for communication. In: J.-P. KOENIG (ed.). **Discourse and cognition: bridging the gap**. Stanford: CSLI. 1998, p.205-221.

GRUPO PRAGGLEJAZ. PIM: um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso. In: M. SIQUEIRA (ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.77-120.

HEINE, B., U. CLAUDI e F. HÜNNEMEYER. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press. 1991.

HOBART, M. E. e Z. S. SCHIFFMAN. **Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution**. Maryland: John Hopkins University Press. 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. 2001.

KOBASHI, N. Y., J. W. SMIT e M. F. G. M. TÁLAMO. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.2, n.2, 2001.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: R. W. GIBBS JR. (ed.). **The Cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008, p.17-38.

LAKOFF, G. e M. JOHNSON. **Metáforas da vida cotidiana: As faces da Linguística aplicada**. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002 [1980].

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar: a basic Introduction**. New York: Oxford University Press. 2008.

LINDSAY, W. M. **The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

LORENZO, R. **Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português**. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: S. J. VOTRE, M. M. CEZARIO, *et al* (ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004, p.82-142.

_____. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez. 2011. v.1.

MONLAU, P. F. **Diccionario etimológico de la lengua castellana: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimologia**. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra. 1856.

NÖTH, W. Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. **Matrizes**, v.5, n.1, p.85-107, 2011.

ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus. 1998.

PINHEIRO, L. V. R. e J. M. M. LOUREIRO. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.42-53, 1995.

POPPER, K. R. **Objective knowledge**: an evolutionary approach. Oxford: Clarendon Press. 1973.

_____. **Em busca de um mundo melhor**: Problemas. Lisboa: Fragmentos. 2006.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua Castellana: en que se wxplica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua**. . Madrid: Hierro. 1732. v.Que contiene las letras D, E, F, Volume 3.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: A. ORTONY (ed.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979, p.284-324.

_____. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. **Caderno de Tradução**, v.9, 2000 [1979].

SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* en galego. **Estudos de Lingüística Galega**, v.1, p.209-223, 2009.

SALQUE, M., P. I. BOGUCKI, J. PYZEL, I. SOBKOWIAK-TABAKA, R. GRYGIEL, M. SZMYT e R. P. EVERSLED. Earliest evidence for cheese making in the sixth millennium bc in northern Europe. **Nature**, v.11698, p.1476-4687, 2012.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2003.

SMIT, J. W., M. F. G. M. TÁLAMO e N. Y. KOBASHI. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.1, 2004.

TORRENT, T. T. e J. BYBEE. Usage-based models in Linguistics: an interview with Joan Bybee. **Linguística - Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ**, v.8, n.2, p.15-22, 2012.

TRAUGOTT, E. C. e R. B. DASHER. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: S. J. VOTRE, M. M. CEZARIO, *et al* (ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004, p.11-49.

WERSIG, G. e U. NEVELING. The phenomena of interest to Information Science. **The information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, 1975.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.

WILSON, V. e M. E. MARTELOTA. Arbitrariedade e iconicidade. In: M. E. MARTELOTA (ed.). **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto. 2009, p.71-85.

WISEMAN, R. Ancient roman metaphors for communication. **Metaphor and Symbol**, v.22, n.1, p.41-78, 2007.

ZANOTTO, M. S., H. M. M. MOURA, M. I. A. NARDI e S. C. VEREZA. Apresentação à edição brasileira. In: (ed.). **George Lakoff & Mark Johnson, 1980: Metáforas da vida cotidiana (coord. trad. Maria Sophia Zanotto)**. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002, p.9-38.